

VIDA E ESPERANÇA: O TRABALHO FEMININO NA CRIAÇÃO DE BEBÊS NO RECIFE (1789-1831)¹

Alcileide Cabral do Nascimento

alcicabral@uol.com.br

*Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco
(UFRPE)*

Resumo

Esta pesquisa investiga a importância do trabalho de mulheres cativas e livres, solteiras e casadas na criação de bebês no Recife, entre os anos de 1789 e 1831. A geografia desse comércio e os critérios de escolha das amas são aspectos aqui analisados, tendo como fonte o jornal *Diário de Pernambuco*. Pretas, mulatas, pardas e brancas com diferentes ofícios, habilidades, vivências e trajetórias enfrentavam, na labuta do cotidiano, a discriminação própria a uma sociedade misógina como a brasileira à época, que nutria um profundo desprezo pelas mulheres de maneira geral e, em particular, às de pele escurecida. Mas foram elas, nas casas e nas ruas do Recife, que alimentaram de vida e esperança, de risos e dor, de trabalho e suor o invisível comércio de leite da cidade criando os filhos de famílias abastadas e as crianças abandonadas.

Palavras-chave: mulheres, trabalho, maternidade.

Abstract

This research investigates the importance of the work of free captive women, single or married, while rearing babies in Recife, between 1789 and 1831. The geographic aspect of this commerce and the criteria to choose wet-nurses are points approached in this study, based, as a source, on *Diário de Pernambuco* newspaper. These black, mulattas, *pardas* and white women of different occupations, abilities, experiences and trajectories faced, in their daily labour, the very discrimination of a misogynistic society such as the one at that time, which despised profoundly women in general, mainly those who were dark skinned. Nevertheless, on the streets and in the houses of Recife, they were the ones who fed with life and hope, laughter and pain, work and sweat, the city's invisible commerce of human milk while bringing up rich family children as well as those abandoned ones.

Key words: women, work, maternity.

A presença das mulheres nas ruas, quitandas, praças e mercados realizando trabalhos diversos no Recife não é uma prática costumeira recente. Desde o Brasil colonial, as mulheres assumiam atividades importantes para a reprodução da família, para o abastecimento de víveres das cidades e vilas, além de atuar em uma variedade de serviços domésticos.² Contudo, o espaço da rua e do trabalho urbano não era sancionado para todas as mulheres, mas para as negras, as forras, as mulheres de cor, livres ou escravas. A rua não era lugar para as mulheres brancas de famílias abastadas.

Os viajantes que estiveram no Recife no início do século XIX ficaram impressionados com a presença de mulheres de tez e condição civil diferentes em todos os lugares. Era comum nas ilhas do Recife encontrar as vendeiras, as negras e mulatas, livres e escravas, a oferecerem aos gritos e em todos os tons quitutes, doces, bananas, laranjas, “lenços e outras fazendas que trazem em cestos sobre a cabeça [...] mui sucintamente vestidas”³. Era lá também que se compravam ou se alugavam escravas ou mulheres forras para amamentar criança nova, como a Rua do Trapiche a circundar a Igreja do Corpo Santo, cujo anunciante solicitava que “quem quiser [quisesse] vender, ou alugar uma escrava em estado de criar uma criança”, podia se dirigir à casa nº 9, e se “alguma mulher forra que tenha bom leite” quisesse criar também poderia apresentar-se “a dita casa”.⁴

Essas mulheres anônimas, de vida difícil, posto que estavam inseridas na população desclassificada e marginalizada no Brasil, tinham na labuta do cotidiano de enfrentar a discriminação própria a uma sociedade misógina como a brasileira à época, que nutria um profundo desprezo pelas mulheres de maneira geral e, em particular, pelas mulheres de cor. Mulheres com diferentes ofícios e habilidades, vivências e trajetórias que lutavam num mundo adverso. Dentre os diversos trabalhos domésticos que realizavam, um em particular estreitava as relações de classe e as relações étnicas e é objeto de nossa pesquisa: o de amas-de-leite e de amas de criação de bebês.

Por que se contratavam amas-de-leite? É preciso considerar que a prática da amamentação nem sempre significou, como hodiernamente, um gesto de amor maternal que independe do lugar social da mãe. O discurso do amor materno como um sentimento inscrito na natureza da mulher foi construído como prática disciplinadora da mulher, sobretudo no século XIX, e com ele a idéia do aleitamento como um gesto de amor da mãe. Na Colônia, contudo, as vivências da maternidade diferenciavam as mulheres, pois a amamentação era uma prática corrente entre as índias, as cativas e as mulheres pobres, que não tinham recur-

para comprar escravas ou alugar amas-de-leite, mas não entre as mulheres das elites, que não costumavam amamentar seus rebentos nos próprios seios. Em geral, as sinhás alugavam ou compravam escravas paridas, ou contratavam os serviços de mulheres forras ou livres para aleitamento dos seus filhos.

O mais comum era delegar a amamentação a escravas, forras e livres, costume que vai até mais ou menos a década de 1920, quando passa a ser duramente combatido pelos médicos. Diferentemente da Europa, as crianças não eram enviadas para o campo⁵, mas cuidadas debaixo do olhar da mãe e/ou da família, por uma escrava de leite, dentro das casas de engenho ou no meio urbano. O conforto que a escravidão oferecia dispensava o envio das crianças para lares estranhos. Exceto, claro, as crianças sem família, depositadas na Casa dos Expostos⁶, que acolhia as crianças abandonadas. Estas, quando não eram amamentadas por amas-de-leite na própria instituição, eram criadas na casa de suas respectivas amas.⁷



Fotografia da ama-de-leite Mônica com o menino Artur Gomes Leal, dez. de 1860 (Col. Francisco Rodrigues, foto de F. Vilela, acervo da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj). A ama, bem vestida, portando colar e broche, pode indicar um traço do afeto que aproximava famílias e escravas no espaço doméstico, especialmente aquelas escravas que amamentavam e cuidavam das crianças. Note-se a altivez dessa mulher; embora pareça tensa, mantém o corpo ereto e um olhar forte e distante. O menino inclinado sobre seu corpo conhece bem o seu cheiro, sua pele e seu calor, pois as amas faziam por vezes o papel de mãe, dando carinho e segurança, nessa misteriosa e paradoxal relação de violência e sujeição.

Para Gilberto Freyre, a presença da mãe-de-leite preta nas casas-grandes estava associada à pouca capacidade das meninas, que se casavam ainda muito franzinas e tinham um filho atrás do outro, o que as impossibilitava de amamentar seus rebentos.⁸ O autor endossa as observações do médico Imbert⁹ ao tratar das mães prematuras,

que sofriam com o clima dos trópicos, o esgotamento de suas forças vitais e a irritação do seu sistema nervoso, enquanto as mães negras eram mais vigorosas, levando Freyre a afirmar que “a razão principal do maior vigor das negras que das brancas estaria porventura em suas melhores condições eugênicas”, secundarizando a hipótese do clima em prol da raça e das motivações sociais¹⁰, embora, acredito, as razões para a não amamentação fossem mais complexas.

Os médicos, por sua vez, insistiam que a atividade sexual durante a amamentação poderia corromper o leite, torná-lo menos abundante e até mesmo fazê-lo desaparecer completamente, sobretudo quando a mulher concebia de novo¹¹, o que colocaria em risco a vida da criança. Prescrevia-se para as mulheres a abstinência sexual durante dois a três anos, período aconselhado para garantir uma boa criação do bebê e, nessas circunstâncias, periclitava o casamento e a obrigação conjugal ficava para segundo plano. A saída era, portanto, a contratação de uma ama-de-leite. Contudo, talvez Jurandir Freyre tenha razão quando afirma que o mais provável era que “as mães [sobretudo as das elites] ignorassem que amamentação fosse vital à sobrevivência dos filhos”¹², fazendo valer o cômodo costume de lançar mão de uma cativa de bom leite para exercer esse papel.

No Brasil, a prática costumeira de delegar a amamentação a escravas foi corrente, apesar da ênfase na necessidade de as mães alimentarem com “o leite dos seus peitos”, como dizia Alexandre de Gusmão.¹³ No Recife, o costume de se delegar a outras mulheres a tarefa de nutrizas era por demais praticado e não havia mistérios em se contratar amas-de-leite ou adquirir escravas para nutrir os filhos de família ou os enjeitados. Uma fonte privilegiada para esse tipo de análise é o jornal, pela sua periodicidade, constância e possibilidades de compor séries. Nesse caso, contei com o jornal mais antigo em circulação na América Latina, o *Diário de Pernambuco*, que teve seu primeiro número lançado em 7 de novembro de 1825. Do levantamento dos anúncios, sobretudo para os anos de 1827, 1829 e 1831, constatei a existência de um mercado de leite na cidade que incluía compra, venda e aluguel de amas-de-leite, amas-secas ou de criação e compra, venda e até furtos de cabras e de vacas leiteiras. Um mercado crescente em sua demanda por leite devido ao aumento da população urbana que não concebia a amamentação como prática natural, própria da condição da mulher-mãe, mas realizada pela ama-de-leite estipendiada, contratada, paga para tal fim, e que chegava a fazer as vezes da mãe, derivando daí a denominação muito conhecida entre os mais velhos de “mãe-de-leite” ou “mãe-preta”.

Lendo atentamente os anúncios, é possível perceber algumas características no funcionamento desse mercado. Sem dúvida, o filão principal desse comércio era o das amas-de-leite e, secundariamente, o dos animais leiteiros. No que toca às amas lactantes, a procura era duas vezes maior que a oferta, o que de-

monstrava um mercado sedento por essas mulheres. A preferência dos que procuravam amas que tivessem “bom leite” recaía sobre as escravas e, em seguida, sobre as forras. Segundo o médico Ferreira Pinto, a vantagem em comprar e utilizar cativas, em detrimento de mulheres livres ou forras, era a suposição de que a aspiração à liberdade faria com que elas tratassem bem as crianças que amamentavam.¹⁴ Há indicativos de que essa percepção procedia, porque na maioria dos anúncios os solicitantes procuravam por escravas. Tudo indica que, a partir de 1831, começa a se instituir uma outra consciência, ainda sorrateira, quando os contratantes fazem menção à preferência por amas “cativas ou forras” e, de forma mais esporádica, por mulheres livres. É o momento da lenta transição do trabalho escravo para o livre, com a proibição do comércio atlântico de escravos para o Brasil.¹⁵

A idade parecia começar a ser valorizada como um atributo de importância na comercialização das amas: nos anúncios pesquisados de 1827, apenas um anunciante fez referência à idade de uma “negra crioula” que oferecia para a venda com “idade de 16 anos pouco mais ou menos [...]”¹⁶; em 1829, já são três anúncios e um deles ofertava aos interessados “uma negra com uma cria de dois meses, com bom e bastante leite; representa[va] ter 28 a 30 anos”¹⁷; e em 1831 são sete ofertas, como a da Rua Direita, D.49, primeiro andar, onde havia “uma mulata de 20 anos, parida de pouco tempo, com muito bom leite para criar (...) e sem vício”¹⁸. Essa é uma tendência que segue célere, como constata Maciel Carneiro para os anos de 1840-1870 ao afirmar que as amas-de-leite diferiam das amas de casa, pois não “deveriam ser velhas ou de meia idade”, e sim “mulheres jovens e sadias, se possível de ‘primeira cria’ ou ‘primeira barriga’, termos que passam a ser freqüentes no *Diario de Pernambuco*”.¹⁹

Enquanto os vendedores se aplicavam em qualificar suas “mercadorias”, os interessados não faziam exigência de idade. Quem procurava considerava prioritário outros atributos físicos como “abundância de leite”, “parida de pouco”, “sem defeito”, “bons costumes”, que “saiba tratar de criança” ou, ainda, possuidora de outras “habilidades” como cozinhar, engomar, costurar, fazer doces e bolos etc. Como se evidencia, não se contratavam amas apenas para cuidar e amamentar uma criança, mas criadas para todo tipo de trabalho doméstico. O que se destaca é a exigência de a ama ser “sem defeito”, “físico” ou “moral”, e “sem vícios”. Havia também os locatários que queriam a cativa “sem cria” ou, de forma mais enfática, ama-de-leite “com tanto que não traga [trouxesse] o filho”. Como indica Marcus Carvalho, talvez a dor de se separar de um filho que não podia criar nem amamentar tenha levado à rebeldia de algumas escravas, o que se verifica em anúncio do *Diario*, em 1831, sobre a fuga de uma preta de “bom leite e sendo capaz de criar”²⁰.

Quem oferecia amas-de-leite se esmerava na descrição das qualidades físicas e morais. Afinal, tratava-se de uma “mercadoria” que precisava ser valorizada e atingir psicologicamente o potencial interessado. Das características físicas, ressaltavam-se a “abundância de leite”, a “boa saúde”, “sem filho”, “boa criadeira”, a “primeira barriga” ou a indicação de que era recém-parida – como estas, “oito dias de parida”, “parida de novo” –, o “bom leite”, ser “sadia”, “sem defeito”. Também se dava valor a escravas com filhos, como o anúncio que oferecia “uma negra muito hábil de boa figura com três crias a saber 2 moleques e 1 negrinha, na Rua Direita, venda D.35”²¹. Vale observar que as crianças escravas serviam para fazer serviços domésticos, não representando apenas custos, mas mão-de-obra para a lida cotidiana. Por outro lado, possibilitavam que a mãe continuasse perto de seus filhos, dando mais estabilidade emocional e diminuindo as chances de fuga da escrava comprada ou alugada.

As qualidades morais eram expressas em noções pouco precisas para nós devido às mudanças de significados ocorridas ao longo do tempo. Entramos numa vereda de densos nevoeiros ao encontrar ofertas de venda ou aluguel de amas que tinham “bons costumes”, “boa índole”, “boa conduta”, que eram “sem vícios”. Se o defeito físico podia ter visibilidade imediata, dependendo da parte do corpo onde se encontrasse, o de ordem moral era mais difícil de ser identificado no primeiro contato. Só a convivência podia mostrar traços de conduta das amas para um trabalho tão exigente como o de cuidar e amamentar recém-nascidos ou bebês lactantes. Essa preocupação de quem vendia ou alugava amas, ou ainda das mulheres que ofereciam seus serviços como amas-de-leite, devia fazer parte dos critérios de exigência de quem necessitava de tais serviços, ainda que às vezes tacitamente silenciados pelo olhar que as perscrutava.

Mas o horizonte torna-se claro quando se explicita que algumas dessas mulheres possuíam outras “habilidades” ou “capacidades” na lida dos serviços domésticos, além de serem “mui carinhosas para tratar de meninos”, como neste anúncio de venda:

Uma escrava ladina, com idade pouco mais, ou menos de 22 anos, muito sadia, e livre daqueles vícios triviais em escravos, é ótima e engomadeira, lavadeira, cose bem liso, cozinha muito bem o trivial, sabe tratar do arranjo de uma casa em tudo, *é mui carinhosa para tratar de meninos*, sabe bem vestir uma Senhora, é capaz de se lhe entregar uma casa porque realmente é fiel, e a par disto tem outras boas condições, sendo uma das melhores o seu humilde gênio; a origem de sua venda, será patente a quem pretender, que dirá a sua morada por meio desta folha²².

Há também os “mistérios profundos” nos anúncios, como diria Gilberto Freyre²³, a que nunca teremos acesso, como no que acabo de citar, pois qual o motivo latente de se desfazer de uma escrava dotada de tantas qualidades físicas e morais, só falados na “origem de sua venda”, a “quem pretender”, e da cautela que tem o ofertante em não expor o seu endereço publicamente? Mistério que se repete na venda daquela escrava de 16 anos, com uma criança de dois meses, em que o anunciante “dirá na ocasião [da venda] o motivo porque a vende”²⁴.

A cor era objeto de pouca atenção ainda. De maneira geral, os/as contratantes faziam pouca menção à cor; quando aparecia nos anúncios, procurava-se mulher “preta ou parda”. Mas os ofertantes tendem a anunciar a cor das amas. Se nos anúncios do ano de 1827 apenas cinco referem-se à cor das amas, distribuída entre crioula (2), negra (2) e preta (1), nos do ano de 1831 já são dezesseis referências entre pretas (5), pardas (7), crioulas (2), mulata (1) e branca (1). Como sabemos, esse critério tende a aumentar de importância com a entrada no Brasil das teorias eugenistas²⁵ nas primeiras décadas do século XIX, que passam a influenciar a procura por mulheres brancas ou de pele mais clara.

Nesse mercado em franca expansão, de criação de bebês lactantes ou em fase de crescimento, despontam novos serviços oferecendo mais conforto para as famílias e mulheres que assim o desejassem e pudessem arcar com outros custos, como sugere o anúncio colocado por uma viúva que se dizia “honesta”, “residente no bairro de Santo Antônio”, que possuía “uma escrava de bom leite” e se oferecia para “encarregá-la da criação de algum menino branco debaixo das suas vistas”²⁶. Um mercado que tendia para uma especialização dos serviços urbanos, provocada pelo crescimento da cidade, distinguia inclusive o trabalho da ama-de-leite do da ama de criação ou ama-seca, como é o caso do locatário que dizia precisar “de uma ama seca para tratar de uma criança a pouco nascida, para lavá-la, pensá-la e engomar” e que a ama deveria dirigir-se “a rua Direita, sobrado D.13”²⁷. Ou ainda procurava por moleques e molecas escravos “para carregar e tratar de menino na rua d’Alegria, casa do lampião”²⁸, o que tendia a aumentar o valor desses cativos urbanos que eram muito solicitados para diversos trabalhos, entre eles o doméstico, como se pode observar nos anúncios do *Diario* para o ano de 1831.

Quando não se tinha a possibilidade de contratar ou comprar amas-de-leite, havia a alternativa do leite de cabra ou de vaca das criações espalhadas pela ilha de Santo Antônio e da Boa Vista, ou, ainda, de comprar o leite *in natura*, ofertado nos anúncios do *Diario*. Alguns proprietários anunciavam a venda de vacas, como este: “Quem quiser comprar algumas vacas de leite com crias procure na rua do Rangel nº 21”²⁹. Às vezes, quando o anunciante queria vender suas cabras, tinha o cuidado de esclarecer que era mansa, como neste anúncio:

“Quem quiser comprar uma cabra e um cabritinho boa de leite para criar e muito mansa dirija-se ao Botequim da rua Nova que achará com quem tratar”³⁰. E havia consumidores interessados e precisados mesmo, como este: “Quem tiver para vender uma cabra bicho parida de pouco, e que dê bastante leite queira anunciar a sua moradia para ser procurado”³¹. Esse comércio também cresceu visivelmente no período estudado e, embora a procura por animais fosse menor que a oferta, é claro que o comércio de amas-de-leite em alta, cuja oferta estava longe de atender à procura, motivou o interesse dos criadores de animais no mercado de leite, fazendo desse negócio uma fonte de renda ao suprir com o leite animal as casas, os hospitais e as instituições assistenciais que não conseguiam mulheres para tal fim.

Mas esse comércio era um tanto desassossegado pela possibilidade de se furtar o animal com cria e tudo. E, nesse caso, estava-se sob a égide do universo das pequenas contravenções. Tais furtos de cabras podem ser vistos como sutilezas da esperteza, da sagacidade e da malícia das camadas populares, que tinham de inventar cotidianamente meios para se defender, viver e criar seus filhos, funcionando nessa lógica como “complemento da subsistência”.³²

No que toca ao furto de animais de leite no Recife, é notório que os donos das vacas corriam menor risco de prejuízos porque não era fácil esconder animais desse porte, ainda mais se estivessem acompanhados de bezerros. Mas para infelicidade de alguns, nem todos foram poupados dessa sagacidade e viração dos populares, do vale-tudo de cada dia para arrumar o pão, como ocorreu ao anunciante desolado que informa:

Do dia 31 de janeiro para o primeiro de fevereiro desapareceram do sítio Goudim no Afogados duas vacas mansas, uma preta bargada parida de dois meses, e outra vermelha próxima a parir, quem delas souber avise no mesmo sítio ou na rua Direita, D.36, que aí seria recompensado³³.

Porém, as cabras e seus filhotes eram pequenos e comumente ‘desapareciam’ das vistas de seus donos, levando-os a se esmerar no relato dos detalhes que os animais possuíam para tentar recuperá-los:

No dia segunda-feira desapareceu uma cabra de leite, com duas cabrinhas já grandes, e tem os sinais seguintes, cor amarelada com o fio do lombo, e pernas pretas, orelhas ambas aparadas na ponta uma redonda, e outra com forma de forquilha, as filhas uma é cor da mesma cabra, e outra preta com as orelhas pintadas de branco; julga-se estarem agasalhadas em alguma casa para tirarem leite, quem delas souber, faça o favor avisar na rua de águas Verdes na casa nº 388, a onde receberá alvíssaras se for pessoa que precise, e seu dono ficará obrigado³⁴.

Mas a novidade desse mercado foi o aparecimento da venda exclusiva do leite sem o animal, o que aponta para a crescente especialização do mercado de leite do Recife, isolando e agregando valor ao produto. Possivelmente nem todas as pessoas ou instituições queriam ou teriam condições de arcar com os custos e/ou trabalho, bem como ter espaço físico adequado para a criação de um animal, o que aumentou a procura pelo leite, como demonstram os anúncios: “Compra-se leite de vaca em porção de 48rs todos os dias, não excedendo do preço de 20 rs cada medida; na Boa Vista a ilharga da S. Cruz, D.11”³⁵ e “Compra-se duas canadas³⁶ de leite diariamente e paga-se por cada 800rs, no botequim da rua das Cruzes, D.3”³⁷.

A maior disputa entre as famílias, sem dúvida, era por amas-de-leite. O que dizer então da situação da Casa dos Expostos, que precisava contratar amas para amamentar imediatamente as crianças que eram deixadas na roda³⁸? Nesse caso delicado, quando não se conseguia convencer os proprietários de escravas nem as mulheres livres para prestar esse serviço, em função dos baixos salários oferecidos, recorria-se à compra de cabras leiteiras. Dessa forma, não deveria ser um trabalho fácil para os administradores da instituição assistir as meninas e os meninos enjeitados.

A CASA DOS EXPOSTOS NA PELEJA PELAS AMAS

Recolher, cuidar, tratar e amamentar os bebês que eram expostos na roda ou abandonados na cidade e recolhidos na Casa dos Expostos não constituía tarefa simples e corriqueira. Em 15 de fevereiro de 1827, a instituição anunciava a necessidade de contratar duas amas-de-leite, podendo ser livres ou escravas. Se fossem livres, seriam pagos 9 mil réis por mês, e se escravas, seria feito “o ajuste com os seus senhores”. Exigia-se que fossem “limpas” e tivessem “abundância de leite”. Contudo, havia dificuldade em contratar amas-de-leite, livres ou escravas, para alimentar os expostos, pois os anúncios voltam a se repetir quase com o mesmo teor em 19 de fevereiro, 19 e 21 de abril, 5 de maio e 19 de junho daquele mesmo ano.

No anúncio de 5 de maio, o mordomo continua a afirmar que “tem precisão” de duas amas-de-leite. Se escravas, pagará a cada uma 6 mil réis mensais e mais o sustento. Vê-se pelo tom das palavras que a situação tendia a se agravar, a ponto de em junho a instituição apelar para

[...] toda mulher que quiser criar de leite aos expostos na casa da roda, ou quiser tomar alguma criança para criar em sua casa, mostrando a sua capacidade se lhe entregará, estas recebendo a paga que a casa costuma fazer, e aquelas receberão seis mil réis e comer com fartura, quem tiver alguma cabra

muito mansa, parida de fresco e que seja boa leiteira anuncie pelo Diário, ou avise na mesma casa da roda para se ajustar preço³⁹.

Premido pelas necessidades, o provedor fazia qualquer negócio: contratar amas para o trabalho interno, delegar às mulheres interessadas a responsabilidade de criar os expostos em suas casas e, por fim, adquirir cabras recém-paridas, com bom leite, para tentar suprir a alimentação dos bebês.

A disputa pelas amas-de-leite estava acirrada. A demanda era maior que a oferta e levava a melhor quem pagava mais. Infelizmente, não temos dados para o período que permitam saber quanto ganhava uma ama em casa de família. E parece que os proprietários de escravas não se interessavam muito em atender uma instituição pia, pois caridade e negócios eram coisas diferentes, embora, como se pode notar pelos anúncios, a maior parte desse comércio se concentrasse bem próximo à Casa dos Expostos.

Podemos perguntar: o que esse dinheiro poderia comprar? Um “vestido de chita de barra” custava 1.180 réis, um “vestido de casa bordado de lã” tinha o valor de 800 réis e “cortes de vestidos de carsa da Índia” eram vendidos por 3.200 réis, podendo ser encontrados na Loja da Pracinha do Livramento.⁴⁰ Com o valor de 9 mil réis, uma mulher livre que se submetesse a esse trabalho gastaria com um único “vestido de chita de barra” um pouco mais de 10% do seu salário. O valor era muito irrisório, ela precisaria trabalhar aproximadamente um ano e quatro meses sem gastar um tostão se quisesse comprar “uma negra de Angola por preço de 140\$000” vendida no Pátio do Sacramento em Santo Antônio.⁴¹

Além do mais, a Casa dos Expostos nem sempre cumpria regularmente com o pagamento das amas que contratava. Em 1826, a ama Cosma Maria de Santa Anna requeria ao procurador da instituição o pagamento de 600 mil réis que esta lhe devia pelos serviços prestados. Se levarmos em consideração que a Casa pagava 9 mil réis pelo trabalho de uma ama-de-leite livre, o valor que Cosma pleiteava significava aproximadamente cinco anos e meio de trabalho, ou talvez um pouco mais, se durante esse tempo ela tivesse saído da condição de ama-de-leite para a de ama-seca, isto é, ama que não amamentava mais, apenas criava o enjeitado, implicando na diminuição da remuneração. Em ofício ao presidente da província, o mordomo e administrador dos expostos, João Xavier Carsimiro da Costa, informava que tinha assumido a administração daquele estabelecimento em julho de 1825 e, na ocasião, não recebera “um só real pertencente à mesma casa”, o que o impossibilitava de pagar a dívida à senhora Cosma, embora a considerasse “fundada em justiça”. Explicava que o rendimento da instituição não chegava a cobrir “metade das despesas mensais, e indispensáveis afim de que não se continue a ver aquela Casa tornada ao triste estado de cemitério dos expostos”⁴².

Para tratar da dívida da referida ama, o administrador dirigira-se ao procurador dos expostos, Antônio José Coelho de Lima, o qual lhe informara que não possuía o livro de lançamento dos débitos da Casa, porque não o achara, e nada sabia sobre as dívidas que tinha aquela instituição. Devido ao pouco tempo em que se achava na procuradoria, também não conhecia o requerimento da ama, pois, segundo ele, “ela se entendia com o ex-procurador de quem se queixa”⁴³.

A informalidade na contratação de amas, a ausência dos livros de entrada das crianças e dos débitos demonstram a desorganização em que estava imersa a Casa dos Expostos na década de 1820. A necessidade de anotar, de registrar o movimento da instituição, estava normatizada nas leis que haviam autorizado a criação da roda e regulado o seu funcionamento. Nos dez primeiros anos em que funcionou, a Casa dos Expostos contou com algum nível de registro, o que possibilitou conhecer um pouco do seu funcionamento ainda na administração de d. Tomás, no final do século XVIII⁴⁴.

Ao mesmo tempo, não sabemos se essa documentação de fato inexistia ou se fora indevidamente apropriada pelos ex-administradores, que trataram de lhe dar sumiço, pois havia uma prática de levar os livros das instituições para casa como se fossem propriedade privativa e pessoal de quem as administrava. Contudo, não podemos esquecer que esses documentos podiam provar possíveis irregularidades, fraudes, corrupção ou apropriação indevida de recursos públicos, o que poderia motivar o seu ‘desaparecimento’. Contratar informalmente amas-de-leite ou amas-secas, como fez o antigo administrador, era uma faca de dois gumes, já que abria amplas possibilidades de contravenção para as partes contratantes. De um lado, os administradores podiam usar e abusar da boa-fé dessas mulheres que prestavam serviços, mas não tinham como prová-los, e o dinheiro que deveria chegar em suas mãos podia seguir outros caminhos; por outro, as amas também tinham a chance de agir de má-fé e fazer uso desse mecanismo da informalidade para inventar e cobrar serviços que não prestaram. Parece que esse não foi o caso da ama Cosma. Afinal, o seu pedido foi reconhecido e provavelmente pago com recursos do governo, pelo que podemos concluir da simples observação contida no ofício: “Foi deferido”.

Quem eram essas mulheres que criavam os filhos do Estado? Sabemos muito pouco sobre elas. Do ponto de vista social, estavam na condição de livres, forras ou escravas, civilmente podiam ser viúvas, casadas ou solteiras, e eram, em sua maioria, mestiças e negras. Se escravas, seus senhores podiam vendê-las ou alugá-las. Se livres ou forras, vendiam seus serviços. Pelos anúncios de amas do *Diário de Pernambuco*, podemos observar que a maioria morava na cidade, em uma de suas ilhas, sobretudo em Santo Antônio, onde ficava a Casa dos Expostos; e por outras fontes, em vilas vizinhas. Em geral, eram mulheres pobres,

que se sujeitavam a ganhar tão pouco para um trabalho tão árduo, o que, aliás, não diferia do resto do Brasil.⁴⁵

No libelo cível movido pelo pardo João para reconquistar sua liberdade, há algumas pistas sobre as amas que trabalhavam para a Casa dos Enjeitados.⁴⁶ Uma delas era Josefa Maria da Conceição, crioula, forra, solteira e moradora de Olinda, com 30 anos de idade. Vinha sempre ao Recife, onde há muito criava expostos da roda, dos quais já havia colocado uns no Trem (Militar)⁴⁷ e outros dois se conservavam em sua casa. No processo citado, Josefa declarou que “sabe[ia] por ver” que o pardo João fora deixado na Casa dos Expostos porque vira nos dias da revista a mulher que o tomara para criar e fora receber o seu ordenado com ela, a qual, depois de passado um tempo, o vendera.⁴⁸ Essa “mulher” a que ela se referia era Bárbara Maria Joaquina, preta forra, que vivia de esmolas no Recife, hospedada em casa de duas pretas, também forras, na Rua da Senzala, e que provavelmente vendera como escravo o pequeno pardo João, enjeitado que pegara para criar. Essas poucas informações sugerem ser relevante a indicação de que as mulheres que se submetiam a esse trabalho vinham dos baixos estratos sociais.

Apesar dos fragmentos dispersos em diferentes registros, escritos e imagéticos, da presença e importância do trabalho feminino no Recife, em particular o das amas-de-leite e de criação, nos aproximamos de mulheres, em sua maioria anônimas, que supriam com o seu leite, com seu corpo e seu afeto os bebês de famílias ricas e medianas, e foram elas, nas casas e nas ruas, que alimentaram de vida e esperança, de risos e dor, de cantos e causos, de trabalho e suor o invisível comércio de leite da cidade criando os filhos de famílias abastadas e as crianças enjeitadas.

As décadas seguintes testemunharam uma nova ordem que nascia do desejo das elites de civilizar-se. A higiene apeava seu carrossel nos trópicos, dirigido por médicos ávidos em descobrir os males que infectavam a cidade e sua população, combatendo costumes antigos e arraigados de alto a baixo, instruindo e disciplinando ricos e pobres. Entre as frentes de batalha, estava o hábito corriqueiro de se contratarem amas-de-leite. Até então, o aleitamento infantil realizado por mulheres lactantes estipendiadas podia ser visto como um ato de desamor, sobretudo ao se considerar a criança que tinha família e mãe para cuidá-la e protegê-la. Aos poucos e com o vagar dos anos, essas mulheres pobres, escravas ou forras, pretas ou pardas, foram sendo acusadas de contaminar os filhos de família com possíveis doenças ou, ainda, de transmitir as “taras hereditárias” e/ou o “mau caráter” por meio do seu leite, que agora não alimentava, fazia adoecer. Nas Casas dos Expostos, servirão como bodes expiatórios dos altos índices de mortalidade entre os enjeitados, eximindo o governo de maiores responsabili-

dades com essas crianças. De esperança de vida passaram a representar o espectro da morte. Sobre essas amas recaía o peso da desconfiança, da discriminação racial e da inferioridade.

Ao mesmo tempo que se começa a combater o aleitamento mercenário, os médicos investem em uma nova mulher e uma nova família. As mulheres serão convocadas a cumprir o seu papel de mãe: amar, cuidar e amamentar suas crias, pois isso estava escrito nos compêndios e inscrito, segundo os discursos médicos, na natureza mais pura e instintiva de toda e qualquer mulher, rica ou pobre. Ainda assim, a maternidade, tida agora como ‘obrigação’ natural para o sexo feminino, terminou se tornando um privilégio para as bem-nascidas porque a vivência dessa maternidade se deu, muitas vezes, com o vilipêndio dos direitos das mulheres pobres de vivê-la, porque foram elas que tiveram de priorizar o trabalho como domésticas em casas alheias para suprir, com o pão de cada dia, os filhos que não podiam acalentar.

NOTAS

¹ Pesquisa realizada em 2006 com apoio dos bolsistas Hugo Coelho Vieira – PIBIC/CNPq e Camila Augusta Lima Alves – PIC/UFRPE.

² Cf.: DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 e LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX*. São Paulo: Hucitec/Ed. da Universidade de São Paulo; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

³ TOLLENARE, Louis-François de. Sob o céu do Recife. In: SOUTO Maior, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Massangana, 1992. p. 94.

⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 18/maio/1827. n. 106. p. 427.

⁵ Na França e na Inglaterra, por exemplo, era comum as mulheres das cidades mandarem os filhos lactantes para ser amamentados no campo por amas mercenárias, longe dos seus olhos e da sua vigilância. Ver a respeito FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991. (Em especial o tópico “A prática de ‘por na ama’”, p. 212-218.)

⁶ Instituição criada no Recife em 1789, por D. Tomás José de Melo, governador da capitania, com o objetivo de acolher e cuidar dos bebês que eram abandonados e a desestimular as práticas infanticidas.

⁷ Cf. NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *A sorte dos enjeitados. O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Recife, 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 43. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001. p. 413. Ver também DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. p. 242-253 (em que a autora aborda os problemas relativos à lactação segundo o saber médico na Colônia).

⁹ Gilberto Freyre sustenta seu argumento com base no trabalho do médico J.B.A. Imbert. *Guia medico das mães de família ou a infância considerada na sua hygiene, suas moléstias e tratamentos*. Rio de Janeiro: 1843. (FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* p. 457.)

¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* p. 414-415.

- ¹¹ Cf. FLANDRIN, Jean-Louis. *Op. cit.* p. 216.
- ¹² COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 256.
- ¹³ GUSMÃO, Alexandre. *A arte de criar bem os filhos na puerícia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 145.
- ¹⁴ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. p. 232
- ¹⁵ Ver a propósito CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife: Massangana, 2001 (Especialmente a Parte II: Tráficos, traficantes, sociedade pernambucana. p. 93-171).
- ¹⁶ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 9/maio/1827. p. 98.
- ¹⁷ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 26/ago./1829. p. 726.
- ¹⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 30/maio/1831. p. 114.
- ¹⁹ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Op. cit.* p. 223.
- ²⁰ Apud CARVALHO, M. *Op. cit.* p. 227.
- ²¹ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 10/nov./1829. p. 980.
- ²² DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 14/maio/1830. p. 1.549. (Grifo meu.)
- ²³ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 84.
- ²⁴ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 9/maio/1827. p. 98.
- ²⁵ Ver a respeito SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ²⁶ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 16/nov./1831. p. 988.
- ²⁷ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 29/mar./1831. p. 278.
- ²⁸ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 18/out./1831. p. 216.
- ²⁹ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 28/abr./1827. p. 366.
- ³⁰ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 20/jun./1827. p. 523.
- ³¹ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 30/mar./1827. p. 276. Gilberto Freyre chama a atenção para a confusão que se fazia, às vezes, na troca de animais e coisas por escravos, como cabra-bicho por cabra-pessoa, o que poderia acontecer com as amas-de-leite, como no exemplo que deu, referente a um anúncio publicado no *Diário de Pernambuco* (Recife, 21/abr./1836) sobre o desaparecimento, do Sítio do Bebedor, de “huma cabra, bonita figura, julga-se já ter parido por estar prenhe”. Neste caso, não se sabe se era um animal ou uma mulher. (FREYRE, Gilberto, 1979, p. 47.)
- ³² José Carlos Barreiro concebe o furto como uma das facetas do protesto popular no Brasil do século XIX. Para ele, a prática do furto “entre os elementos integrantes das classes subalternas parecia ser simultaneamente a negação do trabalho disciplinado e do conceito capitalista de propriedade privada” (BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajante no Brasil do século XIX: cultura, cotidiano, transição e resistência*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 22).
- ³³ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 10/fev./1831. p. 129.
- ³⁴ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 9/fev./1827. p. 123.
- ³⁵ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 18/ago./1831. p. 719.
- ³⁶ Canada – antiga unidade de medida de capacidade para líquidos, equivalente a 4 quartilhos, ou seja, 2.622 litros. Cf. FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 331.
- ³⁷ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1/set./1831. p. 764.
- ³⁸ A roda consistia em um cilindro de madeira que girava sobre um eixo vertical e era encaixada numa grossa parede. Originalmente, as rodas giratórias foram utilizadas nos conventos e nos mosteiros, com a finalidade de receber alimentos, remédios e mensagens. Essa era uma forma de contato com o mundo exterior. Próximo à roda ficava um cordão de campainha, que era puxado quando se depositava qualquer coisa nela, a fim de advertir o pessoal do convento. Esse equipamento foi adaptado para receber crianças abandonadas e instalado na Casa dos Expostos. Uma abertura estava sempre pronta

a acolher os recém-nascidos. Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. UnB, 1981. p. 233.

³⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 124, 12/jun./1827. p. 502.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, n. 72, 3/abr./1827. p. 290.

⁴² ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Ofício de João Xavier Carsimiro da Costa, Administrador dos Expostos, a Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, Presidente da Província. Recife, 21/8/1826, série: I – 2, fl. 135. Ms.

⁴³ ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Ofício de Antônio Jozé Coelho de Lima, Procurador dos Expostos, a João Xavier Carsimiro da Costa, Administrador dos Expostos. Recife, 21/8/1826, série: I – 2, fl. 136. Ms.

⁴⁴ ACERVO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DE PERNAMBUCO (IAGHP). Livro de Receita e Despesa da Casa dos Expostos (1788-1800).

⁴⁵ Sobre o perfil das amas no Brasil, ver MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 246-250; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999. p. 60-70.

⁴⁶ ACERVO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DE PERNAMBUCO (IAGHP). Processos do Tribunal da Relação de Pernambuco. Apelação do Libelo Cível de Francisco da Silva Falcão, tutor do pardo João, contra o Sr. Manoel José dos Passos, em 31/mar./1829.

⁴⁷ O Trem Militar era instituição de formação técnica e militar criada pelo governo provincial, para onde eram enviados meninos e jovens pobres, órfãos e expostos. Para mais detalhes, consultar NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *Op. cit.* p. 278-283.

⁴⁸ Apelação do Libelo Cível de Francisco da Silva Falcão, *doc. cit.*, fl. 53.